

MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação Biblioteca Nacional
Departamento Nacional do Livro

HISTÓRIA DA CONJURAÇÃO MINEIRA

Advertência

A presente monografia vem satisfazer uma falta sensível na história nacional, tornando conhecidos todos os fatos e personagens da conjuração mineira de 1789.

Começada a ler no Instituto Histórico nos últimos meses do ano de 1860, parou o seu autor, não só à espera de novos documentos que pediu ou que lhe foram prometidos para complemento de tão árduo trabalho, como também distraído por outras ocupações, que o desviaram de seu propósito, ou por outras composições de menos peso e mais fácil cometimento.

Estando porém o trabalho feito, fácil era revê-lo e entregá-lo à luz da imprensa; a nossas instâncias decidiu-se o seu autor a completá-lo, pois pena era que ficasse adiada a sua conclusão por tempo indeterminado sendo sua publicação tão geral e ansiosamente esperada.

Acerca do mérito e importância deste trabalho histórico, feito debaixo das mais escrupulosas indagações, o que se comprova com as numerosas notas e documentos em que se baseava o autor, citaremos aqui as opiniões que emitiram dois ilustrados secretários do Instituto Histórico em seus relatórios anuais.

Disse o sr. cônego J. C. Fernandes Pinheiro em 1859:

“Prestou o Instituto a sua adesão a sete propostas do nosso infatigável e prestimoso consócio o sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva a fim de obterem-se das autoridades competentes vários documentos de que necessita para a sua *História da Conjuração Mineira* de 1789. Tomando sobre si o nobre encargo de reabilitar a memória desses homens, cuja idéia por prematura se malograra, quis o sr. Norberto render sincera homenagem ao excelso príncipe em cujo reinado pode fulgir a verdade em todo o seu esplendor, e tributando a mesmo tempo a sua gratidão pelos meios que lhe facultou de prosseguir em seus laboriosos estudos, com proveito seu, honra nossa, e utilidade para o país.”

Disse o sr. dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras, em 1860:

“Apesar de magnificamente enriquecida a galeria das leituras do corrente ano, o Instituto esperava ansioso o fruto dos conscienciosos trabalhos que um dos seus ilustrados vice-presidentes preparava sobre o drama imponente da conjuração mineira do alferes Tiradentes. Sua expectativa foi satisfeita com a leitura da primeira parte e da magistral memória do sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

“O nosso profundo consócio não quis que se encerrassem os nossos trabalhos sociais sem nos dar uma prova de que a lâmpada de suas lucubrações fulgura sempre no seu gabinete de estudo, e que o seu gênio, como a vestal desse fogo sagrado, vela ante ela, inspirado pelo amor da pátria, e abrasado pelo ardor da glória; pagou pois o tributo a que se obrigara para com o Instituto, quando inscreveu-se nas leituras que deveriam ter lugar no ano social, cujas sessões relaciono. Era já tarde, e apenas ouvimos a parte introdutiva da *Conjuração Mineira, estudos históricos sobre as primeiras tentativas para a Independência Nacional.*”

“O trabalho do distinto vice-presidente tomou proporções gigantescas à vista dos documentos oficiais, e da maior importância que encontrou no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e até mesmo no arquivo do nosso Instituto Histórico.

“Felizmente para nós já a luz, que faltou a esses tempos tenebrosos, pode fulgir em todo o seu esplendor ante o trono diamantino, e por isso o nosso consócio tratou da reabilitação da memória desses nossos compatriotas, que expiaram no patíbulo e nas praias do exílio a idéia grandiosa da independência da nossa pátria.

“O ilustre finado Carlos Rybeirolles dava-se os parabéns de poder publicar, não obstante sua qualidade de estrangeiro, essas páginas de dramas sinistros, mais ou menos desconhecidos dos contemporâneos: Rybeirolles, porém, só teve notícia da famosa sentença da alçada que julgou e puniu os réus do patriotismo.

— Havia, diz o sr. Joaquim Norberto, — uma falta sensível; os fatos não estavam dilucidados; julgava-se com os juízes; jurava-se em suas palavras, sem ouvirem-se os implicados, sem ligar-se uma data a outra data, sem dar-se a esse drama os seus diversos atos, indicando-se o lugar de sua ação e tempo; sem dar-se a cada cena seus pormenores, as suas peripécias, os atores com seus caracteres e fisionomias, com seus pensamentos e palavras, e afinal achava-se a história enredada nesse labirinto, que se chamou *sentença*, com suas alusões a duas devassas, com as citações dos seus numerosos apensos, sem que se pudesse saber o que eram elas, sem que se pudesse dizer o que continham de verdadeiro.

“Os severos juízes tinham julgado os conjurados, e a história não podia julgar a conjuração, porque a conjuração é os conjurados com as suas idéias, com os seus esforços, com a sua trama, com a sua revolta; é o governo colonial com as suas prisões, com as suas masmorras secretas; é os juízes

com suas devassas longas e enfadonhas, com os seus interrogatórios cheios de argúcia e de artifícios, com a sua sentença conspurcada de insultos e de injúrias; com as suas execuções ludibriadas pela mutilação dos cadáveres e pelo azorrague dos algozes; com os seus desteros para as solidões da morte, com suas infâmias póstumas, com seus seqüestros bárbaros, com seus arrasamentos salgados ou seus monumentos infamantes.

“Absorto ante o tesouro de tão preciosíssimos documentos, escritos todos com a tinta do tempo, o nosso laborioso consócio entregou-se com ardor ao seu minucioso estudo; examinou-os acuradamente; compulsou-os página por página, confrontou-os com todo o esmero, e, sempre de pena em punho, colimando confeccionar uma história conscienciosa baseada nos preciosos monumentos que tinha à sua disposição, não esqueceu nota, não verificou dúvida, não assegurou data que não fosse necessária para dar à sua magnífica lucubração o caráter solene debaixo do qual ele passa a fazer parte do arquivo da nossa associação.

“Larga, fastidiosa, acabrunhadora foi por sem dúvida a empresa que cometeu; mas por luminosa experiência sabemos que no nosso digno consócio dão-se as mãos o trabalho e a dedicação. Não será este por certo o primeiro exemplo desta união, e quando o público vir a *História da Conjuração Mineira*, o fruto suado de um profundo e pertinaz estudo, reconhecerá nele o infatigável e ilustrado autor das monografias sobre o descobrimento do Brasil, sobre o aldeamento dos índios do Rio de Janeiro, sobre Hans Staden, o prisioneiro dos tamoios, sobre as brasileiras célebres e sobre a história da literatura brasileira, onde cada asserção tem por base uma nota histórica ou uma autoridade incontestável.

“Contraria-me sinceramente não sobrar-me espaço para citar-vos mais alguns trechos de tão transcendente escrito.”

AO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Pensou-se por muito tempo não só na Europa como entre nós, que a malograda conjuração de Minas Gerais do ano de 1789 não passara de uma invenção do governo colonial, que tinha por fim derribar a influência de alguns brasileiros distintos por seus conhecimentos, afamados por seus talentos, conhecidos por suas obras e respeitáveis por suas riquezas. Nesses tempos coloniais tudo se ignorava que tudo se escondia; a divulgação e a publicidade eram crimes. Falava-se numa ou outra circunstância da vida dos implicados; contava-se uma ou outra das privações durante as longas e penosas peregrinações dos presos escoltados e trazidos de Vila Rica ao Rio de Janeiro; sabia-se de um ou outro dos padecimentos que eles tiveram nos segredos, praticados à pressa nos edifícios públicos, onde ficaram isolados por longos meses sem ouvir outras vozes, sem ver outros semblantes mais do que os de seus estúpidos carcereiros, seus ríspidos juízes, seus hipócritas confessores; narrava-se com espanto e a medo um ou outro fato da execução e mutilação legal exercida contra a pessoa, e exercitada depois sobre o cadáver do infeliz que sonhara com idéias de independência, que adotara o projeto de liberdade para a sua pátria, e com ele o do engrandecimento de seu país. Tudo o mais eram trevas! Espessa sombra cobria essa página negra de nossa história, e ainda há pouco dizia

o distinto Carlos Ribeyrolles: “Conhece-se apenas a versão dos juízes, pois a publicidade era interdita, por isso que avaliava-se a força desse poderoso registro; o processo tinha sido secreto e arbitrário, e o tribunal supremo gozava nesse caso das prerrogativas absolutas da coroa.”

Pouco e pouco, porém, foram-se desassombrando os ânimos da funesta e bárbara impressão das cenas de sangue dessa tragédia representada pelo governo colonial com suas peripécias calculadas de antemão; veio depois a publicação das líras de Gonzaga; tão suaves, tão ternas e tão harmoniosas, falando a linguagem familiar sem degenerar em trivial, recordar os padecimentos do seu autor; trazer à lembrança o seu nome, e os de seus amigos, e despertar as simpatias não só pelo infortúnio do poeta encarcerado, carpindo suas saudosas endechas ao tinir de seus grilhões, como pela paixão do infeliz e desgraçado amante arremessado às praias inóspitas do desterro. Desde então desejaram todos quantos o liam saber notícias suas, inteirar-se da história de suas desgraças e apenas a tradição incerta — hesitante — referia um ou outro acontecimento vago — perdido — sem data!...

Entretanto o traidor, o Iscariota político, com a mesma pena com que lavrara a delação de seus antigos cúmplices, tinha pedido a certidão da sentença para reclamar documentadamente o prêmio de sua traição ou, segundo a versão dos juízes, de “sua obrigação de católico e de vassalo em desempenhar a fidelidade e a honra de português”, e daí a sua divulgação entre os espíritos curiosos e investigadores das coisas pátrias.

Com a vinda da família real para o Brasil avultou na Europa o nome do gigante do Novo Mundo; começou-se a falar na opulência, riqueza e fertilidade da possessão americana que contava Portugal, e que já a esse tempo competia com a metrópole, como escrevia o ilustrado Tomás Jefferson ao grande general Lafayette. “O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído como a mãe pátria” Roberto Southey, o bardo laureado da Grã-Bretanha, desdenhou por algum tempo o seu alaúde para entregar-se às investigações de documentos sobre a nossa história, colhidos por Herbert Hill durante a sua residência entre os portugueses, e deu depois à luz o fruto de suas longas e bem meditadas lucubrações. Foi ele quem primeiro publicou alguns pormenores da conjuração mineira de 1789, e vê-se que não teve outra fonte senão a sentença, que Ribeyrolles chama, com toda a propriedade, versão dos juízes.

Mais tarde, no decurso do ano de 1846, dissipou o Instituto Histórico parte do véu que se colocara entre as masmorras secretas e o patíbulo da praça pública. Verteu uma das vítimas daquelas tremendas perseguições, à instância de nossa associação, algumas páginas de Roberto Southey dedicadas à história da famosa conspiração; adicionou-lhe notas e deu-lhe por complemento a fatal sentença. Ainda assim havia uma falta sensível; os fatos não estavam dilucidados; julgava-se com os juízes, jurava-se em suas palavras sem ouvir-se os implicados, sem ligar-se uma data à outra data, sem dar-se a esse drama os seus diversos atos, indicando-se o lugar de sua ação e tempo: sem dar-se a cada cena os seus pormenores, as suas peripécias, os seus atores com seus caracteres e fisionomias, com seu pensamento e palavras; e afinal achava-se a história enredada nesse labirinto que se chamou — sentença — com suas alusões às duas devassas, com as citações de seus numerosos apensos, sem que se pudesse saber o que eram elas, sem que se pudesse dizer o que continham de verdadeiro. Os severos juízes julgaram os conjurados, e a história não podia julgar a conjuração, porque a conjuração é os conjurados com as suas idéias, com os seus esforços, com o seu trama, com a sua revolta; é o governo com as suas prisões, com as suas masmorras secretas; é os juízes com as suas devassas longas e enfadonhas, com os seus interrogatórios cheios de argúcia e artifícios, com a sua sentença conspurcada de insultos e injúrias, cheia de penas contra os inocentes; com as suas execuções lubibriadas pela mutilação dos cadáveres e pelo azorrague dos algozes; com seus desteros para as solidões da morte, com suas infâmias póstumias, com seus seqüestros bárbaros, com seus arrasamentos salgados, ou seus monumentos infamantes.

Sendo a história a posteridade, pois o pensamento desta se reflete nas páginas daquela, pois

esta pensa e aquela escreve, pois os contemporâneos narram e os pósteros julgam, poderia o historiador, juiz severo e desapaixonado, alçar a sua voz e constituir-se defensor daqueles a que só se deram juízes acusadores, juízes que insultavam com a pena com que lavravam a própria sentença, sem ouvir o depoimento dessas vítimas dos cárceres privados, dos patíbulo bem altos para serem bem vistos, dos desterrados selvagens e inóspitos, pálidas defesas em que a sutileza do interrogador, coadjuvado de antemão pela hipocrisia dos confessores, pedia, insinuava, propunha, amimava, afagava, e, traindo-se, enfadava-se, encolerizava-se, e apontava para os aprestos dos martírios que alongavam as agonias da morte, e folgava quando colhia uma contradição, e aplaudia-se quando conseguia extorquir um simulacro de confissão! Poderia rasgar a sentença da alçada, absolver os réus do patriotismo, convertendo-lhes as penas do exílio em expiação de glória, e condenar ao ferrete da ignomínia a esse a quem os juízes concederam a apoteose da traição e da infâmia? Poderia ver nesses juízes togados, mandados de tão longe pela metrópole, com seus algozes, homicidas legais, com suas forcas caudinas, simulacros de cruces, e que estremeciam à idéia do *fiat* justitia, como submissos servos que condenavam por insinuações dos ministros de Lisboa, os tartufos políticos, que não viam na demência da rainha senão a prova mais evidente do enfraquecimento de suas faculdades intelectuais ?

Ninguém por certo responderá que sim.

Muitas vezes, pensando sobre os atos desse drama lúgubre, lancei os olhos pelas páginas de nossos historiadores que tiveram de julgar essa conjuração patriótica, pois que a qualifico sob o ponto de vista do pensamento de seus autores; confrontei-os e achei que se contradiziam. Perdidos no labirinto daqueles repetidos — mostra-se — da confusa sentença, buscaram um guia na voz da tradição, e acharam-se sem datas, precioso fio de Ariadna, que poderia guiá-los. Tais são por sem dúvida as narrações que se encontram nas páginas das obras publicadas até o presente não só relativamente à história geral do Brasil como a de seus varões ilustres.

O que era até aqui falta essencialíssima, vai deixá-lo finalmente de ser. No rico arquivo da Secretaria de Estado do Império deparei com a preciosíssima coleção de documentos originais das duas devassas que se procederam nas capitais das capitâneas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Absorto ante o tesouro, que examinei rapidamente, parando apenas a cada assinatura respeitável de tantas celebridades, dei-me os parabéns na idéia de poder trazer à presença do Instituto Histórico tão rico cabedal de notícias; lembrei-me, porém, igualmente que a reprodução de tantos documentos por meio de cópia era trabalho meramente material e repugnante para mim, e que devia ainda uma vez obedecer a recomendação feita pelo Imperador ao Instituto Histórico na sempre memorável sessão de 15 de dezembro de 1849 quando aí se dignou de nos dizer: “É de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios torneis aquela a que pertenco digna dos foros da posteridade”.

Depois de acurado exame das peças oficiais achei ainda uma falta; encontrei-me como que num espaço vazio que era necessário transpor, ou encher de alguma maneira. Ignorava a história dos fatos que lhe eram relativos mas que pela sua natureza não constam, nem podiam constar, do volumoso processo; falo desse entreato da agonia que mediou da intimação da sentença à sua execução. Sem imprensa, debaixo da pressão do despotismo colonial, que ostentava o seu poder com todo o aparato de sua alçada, com seus espias e delatores disfarçados sob a batina eclesiástica, ocultos nos confissionários; com suas masmorras secretas e suas algemas; com suas forcas caudinas e seus carneiros; com seus sequazes e baionetas, quem aí se atreveria a lançar sobre o papel palavras que o pudessem comprometer, e desse motivo a ser arrastado às masmorras que o segregavam do mundo, não já como cúmplice da conjuração mas como réu de uma idéia magnânima? Apelava pois para a tradição, se bem que gasta pelo tempo, como único recurso, quando felizmente deparei com alguma coisa a respeito, que excelentemente preenchia o vácuo. Existia no

arquivo do Instituto Histórico, quase que também esquecido, uma exposição manuscrita sob o título de *Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*. O anônimo que a compôs quis que a posteridade não ignorasse o que se passara nesta cidade nesses dias ominosos de agonia nacional. Mostra-se o autor ostensivamente parcial; condena a conjuração, aplaude a sentença, satisfaz-se com a execução do pobre mártir, vítima obscura da tirania, mas vê-se que o faz maquiavelicamente. Já Sá de Miranda dizia em seu tempo, falando das infrações das leis portuguesas:

*“Faz-se engano às leis do céu
Não se farão às da terra?”*

Ninguém nesses tempos de devassas e delações ousaria pintar com mais vivacidade a consternação que se debuxara na fisionomia dos filhos do país, quando os algozes levantavam o cadafalso invertendo a forma da cruz; quando a cadeia pública se enchia de vítimas, que ouviam a sua sentença de morte, como também o seu júbilo pela comutação.

Possuidor de tantos e tão extensos documentos, escritos com a tinta do tempo, cheios de importância pelas suas revelações históricas, examinei-os com todo o cuidado, confrontei-os com todo o esmero, tendo constantemente a pena na mão. Tomando notas que me pareceram necessárias, não perdi uma só circunstância, não deixei passar despercebida uma única data com o fim de confeccionar obra conscienciosa e baseada em tão preciosos monumentos. Foi largo, aturado, fastidioso e até acabrunhador o trabalho que tive, mas não deixei de documentar uma só das minhas asserções. Pensar-se-á alguma vez que poetizei, que se lêem es páginas de um romance, mas aí estão as fontes donde emanaram.

Juntei à narrativa numerosíssimas e curiosas notas e deixei de adicionar-lhe muitos e importantes documentos para não avolumar a obra. Escrevi uma monografia segundo as forças de minha acanhada inteligência; prove ela ao menos que não fiquei estacionário e mudo no meio das riquezas que tão benignamente se me confiaram. Engenhos felizes, imaginações audazes, concepções ardentes, que amam as ficções históricas, e não desdenham das coisas da pátria, acharam nela a origem para mais de um drama, assunto para mais de um poema e pormenores para mais de um romance, que ilustrem a nossa literatura, que deve e pode ser e será ainda verdadeiramente nacional.

Sala das sessões do Instituto Histórico, em 23 de novembro de 1860.

JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA

CAPÍTULO I

O REINO E A COLÔNIA

Receios de Portugal relativamente à Independência do

Brasil um século antes da sua proclamação. — Perigos externos e internos a que estava exposta a colônia luso-americana. Defesa da terra confiada às tropas do país e superioridade das mesmas sobre as tropas do Reino. — Opinião do padre Antônio Vieira e de outros a este respeito. — Exemplos históricos. Considerações do conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa. — Instruções de Martinho de Melo. — Tentativa fortuita dos paulistas no século XVII. — Desígnio da Providência Divina.

Ao grito insurrecional de Boston, que chamou às armas as colônias anglo-americanas, e hasteou entre os estandartes das nações a bandeira estrelada, previu a Europa inteira que o exemplo seria fecundo em efeitos análogos, e esperou por tanto a repercussão do grito da independência. Portugal, porém, nem foi surpreendido, nem despertou de súbito ante a idéia de ver também o Brasil desembainhar a sua espada, desenrolar o pendão da nobre revolta, pelejar pela causa sagrada, e conquistar o lugar que lhe competia no mapa político das nações. Já de há muito que a nossa emancipação política era questão de tempo para o reino transatlântico; já de há muito que a independência brasileira dominava os cálculos da ambição da mãe-pátria, como uma possibilidade no encadramento das coisas humanas, como uma realidade não muito remota na série dos acontecimentos. A supremacia da vastidão de nosso país, da excelência de sua situação, da grande fertilidade seu terreno, da imensa riqueza de seu solo, sobre a pequenez do reino metropolitano, que havia perdido a sua espada conquistadora nos areais de Alcácer-Quibir, que cedia o certo dos mares à Inglaterra, as suas colônias à Holanda, e caminhava de decadência em decadência, nos deu desde longa época essa vantagem sobre todas as colônias americanas.

Os famosos ecos do Ipiranga ficaram ainda por um século mudos, silenciosos e desconhecidos depois que Portugal começou a ter por duvidosa arriscada a conservação da sua bela, rica e vasta colônia do novo hemisfério. Se bem que fascinado com numerosas, extraordinárias e excessivas riquezas das lavras de ouro e de diamantes, não deixara contudo de antever a independência do gigante sul-americano. Estremecia e vacilava sobre os troféus de suas gloriosas batalhas, sobre as páreas tributadas por tantos povos que submetera, quando contemplava o engrandecimento do império que fundara e que cada dia se lhe avantajava, não só em riqueza e população, como também em instrução, e, à semelhança do usurário que abraçando os seus cofres empalidece ante o espectro da morte, assim ao passo que nos cingia com seu braços de ferro se turbava também com a imagem doce, fagueira e risonha da liberdade americana, que se lhe desenvolvia numa como miragem do porvir.

Empunhava o cetro português o rei d. João V; regurgitava o reino com as riquezas que levavam os combóis de suas possessões, ultramarinas. Abrasavam-se as imaginações com o sonho d'El-Dourado, e a cobiça acendia nos peitos juvenis o desejo da emigração; no nome do Brasil cifrava-se tudo quanto havia de rico, belo e opulento. Deus havia reunido nele todas as maravilhas da criação. Era como uma terra de promessa; tinha a antiga suas fontes de mel e de leite; possuía a nova suas minas de ouro e de diamantes. Colhia-se o pão já feito nas raízes das plantas; destilavam as árvores vinhos, as canas mel e açúcar; achava-se no algodão o linho já macerado; encontrava-se na abundância da caça e da pesca o sustento à mão e no canto das aves ouviam-se vozes humanas que serviam de entretenimento e de admiração; a terra produzia sem adubo, as sementes germinavam sem cuidado, os animais domésticos reproduziam-se espantosamente e o homem gozava sem derramar o seu suor, sem esgotar as suas forças. Sob um céu esplêndido aos raios de um sol benigno, às brisas terrestres e marinhas cheias de vida, era a existência sem dores, e a vida quase sem

fim! Aquém do Atlântico, apesar dos dízimos, entradas, quintos, capitações e derramas vexatórias, prosperava, avultava e se engrandecia essa terra de tantos primores, tão acercada de tantos encômios, a colônia americana, a filha pátria, enfim, mas sem proteção e como que de toda em toda entregue a seus recursos naturais. No meio do .fausto de uma corte deslumbrante, entre os imensos tesouros que recebiam do Brasil e que tão mal empregavam, não deixavam o rei, os grandes do reino e os seus conselheiros de se inquietar com a prosperidade de nossa terra, que era como que o seu celeiro de grãos de ouro e de diamantes. Receiava-se na mãe pátria de dois perigos a que estava exposta a colônia e que se capitulavam de externos e internos. Os externos, explicavam eles, eram o da força e violência que lhe poderiam fazer as outras nações, e os internos os que poderiam causar os naturais do país, os mesmos vassalos. Temia-se ainda um terceiro perigo, mais arriscado, mais terrível e que nascia da reunião dos dois primeiros; e era a possibilidade da força e violência externa coadjuvando a força, a vontade dos mesmos vassalos e naturais. Dizia em 1732 o conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa à Majestade Fidelíssima: “Senhor, os nossos tesouros do Brasil se acham tão mal guardados que apenas têm algumas praças defesas na marinha porque, sendo esta tão larga, não é possível fortificar-se: além de que esta pouca e má fortificação é de tal natureza e condição que lhe pode suceder muito naturalmente que, sem o pensar, ache sobre si, de um dia para outro, uma armada: e vemos que no Rio de Janeiro, sendo investido duas vezes dos franceses, de ambas foi entrada a cidade; e da primeira, ainda que os inimigos eram só setecentos, esteve em evidentíssimo perigo de ser saqueada, e da segunda foi também entrada e lhe foi necessário evitar parte do saque a peso ouro, e perdermos todos os navios que estavam no porto, de guerra e mercantes, que foi outra perda muito considerável. E os holandeses nos tomaram a Bahia em 1620 com mui pequenas forças, sem lhes ser necessário mais que saltarem em terra. Destes sucessos se deixa bem ver os grandes perigos em que estão aqueles tesouros; porque nem o Rio, nem a Bahia, nem os mesmos portos e marinhas se acham hoje com melhor fortificação do que tinham quando foram entradas aquelas praças, que, ainda que se mandaram fortificar, apenas se tem dado princípio às fortificações. Nem elas, ainda que acabadas, poderiam evitar o golpe de serem entradas e saqueadas; e ultimamente dominadas por uma cidadela, que se mandou fazer em cada uma, poderá resistir mais alguns dias; mas finalmente se há de render por falta de víveres.”

“Os tratados de pazes, — continuava o ilustre conselheiro ultramarino, — que temos com as nações marítimas da Europa, nos não podem dar segurança alguma de que não emprenderão sobre nós, para se senhorearem de tesouros tão ricos. O mundo está tão falto de fé e tão dominado de ambição, que prudentemente podemos recear de qualquer delas este perigo. Quando uma potência lhe convém quebrar com outra, facilmente acha pretextos para o fazer, e corar a sua ambição com aparências de justiça e despique. A história do mundo nos ensina muitos casos, que nos mostram não devermos fiar-nos de tratados que consistem em papéis que o vento leva; e comumente os príncipes só medem a sua justiça pelo seu poder; e estando as nossas forças navais ao presente tão diminutas, justamente devemos considerar e recear o excesso que nelas nos faz qualquer potência marítima da Europa. Só estas forças navais nos poderão valer na interpresa que qualquer delas tentar para nos tomar aqueles tesouros; e assim era preciso aumentarmos nossas forças da marinha, fabricando navios de guerra e adestrando agente e oficiais na guerra naval: e só esta defesa admite a vastidão daquela marinha; porque ainda que se acabem as cidadelas, que se têm mandado fazer nos três principais portos do Brasil, como são na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, estas fortificações pouco podem servir para a defesa daquele estado; e só poderão ter alguma utilidade para refrear o orgulho dos moradores daquelas cidades. E este é o fim principal das cidadelas as quais substituem em tudo os castelos antigos, mudando somente a forma da fortificação, mas sempre será conveniente que se mande dar todo o calor a estas obras, para que se acabem com brevidade possível”.

Se reconhecia o conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa com toda a lealdade a

pouca segurança que oferecia a colônia às agressões externas, com igual franqueza demonstrava o célebre ministro Martinho de Melo e Castro, no reinado de d. Maria I, que sua defesa estava entregue às armas e aos recursos dos seus naturais, quando em 24 de janeiro de 1775 dirigia as suas instruções a d. Antônio de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, e lhe fazia ver que o pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extensos muito distantes e muito separados uns dos outros, quais eram os seus domínios ultramarinos, quatro partes do mundo, não podia ter meios, nem forças com que se defendesse a si, e acudisse ao mesmo tempo à preservação e segurança de cada um deles, e assim que as principais forças que haviam defender o Brasil seriam as do mesmo Brasil. “Com eles, dizia o atiladíssimo ministro, foram os holandeses lançados fora da capitania de Pernambuco; com eles se defendeu a Bahia dos mesmos holandeses; com eles foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro, e com eles enfim destruíram os paulistas as missões do Paraguai; fizeram passar os jesuítas com os índios das mesmas missões da outra parte do rio Uruguai e atacaram ao mesmo tempo os castelhanos intrusos na parte setentrional do Rio da Prata até os obrigarem a evacuar inteiramente os domínios portugueses, fazendo-os passar à outra parte do mesmo rio.”

Não são braços estrangeiros, não são baionetas mercenárias, nem interesses alheios as melhores garantias para a defesa de um país contra as agressões externas. Só o amor da pátria, vestal dos corações humanos, tem esse dever, que lhe dá o nascimento. Reconhece-o, confessa-o, e é como que o instinto da conservação de seu berço, de toda a sua nacionalidade, que transmite aos povos novas e desusadas forças, que os ensina a resistir heróica e denodadamente às hostes invasoras, Assim a bravura, o arreganho das tropas de além mar, experimentadas nas guerras campais, adestradas na tática militar, desapareciam ante a perseverança proverbial do soldado brasileiro. À vista do campo de St. Maur, onde achavam-se oitenta mil homens, escrevia, um viajante fluminense refletindo sobre a coragem de nossos guerreiros: “Estes soldados estão acampados em uma linda planície onde apesar das chuvas não há lamaçais e muito menos atoleiros; o sol dos maiores dias do verão não queima, a terra não gera essa quantidade prodigiosa de insetos e vermes que perseguem o homem, nem exala essas emanções que produzem a febre mortífera. Aqui, como em frente do inimigo, os caminhos são fáceis, os víveres são abundantes, não há que atravessar pântanos, caudalosos rios, escabrosas montanhas, cobertas de matas virgens, morada do tigre, do crocodilo e das serpentes. Eu dizia comigo mesmo: soldado e o oficial brasileiro são homens de têmpera admirável; seriam olhados com atenção pelos vencedores da Itália, os zuavos, que praticaram heroísmos de valor, e que pela sua força nos combates, pela sua resignação nas necessidades e sobretudo pela sua heróica fidelidade se assemelham aos nossos soldados. Mas se o amor da pátria pode ser averbado de suspeição não o será tão facilmente o juízo de um estrangeiro, competente na matéria, o célebre Garibaldi, o soldado aventureiro, o cabo mimoso da vitória que, tendo combatido antes pelo fracionamento do Império, combateu depois, sob melhor inspiração, pela unidade italiana. “Eu vi, diz ele, corpos de tropas mais numerosas, batalhas mais disputadas; mas nunca vi em nenhuma parte homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria riograndense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo... Oh! e quantas vezes não tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão desses centauros avezados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço com que carregava sobre uma ponta de gado!...”

Esta superioridade dos filhos do Brasil sobre os seus próprios guerreiros não o desconhecia a metrópole, nem o dissimulava; confessava-o aos seus auxiliares na colônia americana, a fim de que melhores vantagens colhessem dos seus serviços, e para comprová-la citava o ilustre ministro Martinho de Melo e Castro a destruição do famoso quilombo do Campo Grande, os Palmares do Sul, pelas sete companhias organizadas pelo governador interino José Antônio Freire de Andrade. “Compunham-se esses quilombos, diz ele, de várias habitações de negros fugidos e rebeldes, que

depois de muitos anos se tinham refugiado no sertão, e servindo-lhe o mato de fortaleza, infestavam todos aqueles distritos, não havendo quem os pudesse habitar nem passar por eles sem evidente perigo de vida. Marcharam as sete companhias, abrindo caminhos e picadas, que não havia, por serras e sertões, e navegando rios com muitas cachoeiras difíceis e perigosas. E depois de suportarem e padecerem com admirável constância os maiores trabalhos, fomes e fadigas, chegaram enfim e destruíram todos os quilombos, voltando para Minas Gerais, passados seis meses, que tanto durou a expedição.”

Por sua parte o confessavam os próprios portugueses residentes no Brasil e escreviam para o reino exaltando as qualidades dos filhos do país. O padre Antônio Vieira, dirigindo-se ao rei d. Pedro II, pedia que houvesse de nomear para os empregos do Brasil as pessoas da terra e não de Elvas, nem de Flandres. “Porque este estado, ajuntava ele, tendo tantas léguas de costa e de ilhas e de rios abertos, não se há de defender, nem pode, com fortalezas, nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente com índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto e não os que vêm de Portugal. E bem se viu por experiência que um governador, que veio de Portugal, perdeu o Maranhão, e um capitão-mor, Antônio Teixeira, que cá se elegeu, o restaurou e isto sem socorro do reino. Aqui há homens de boa qualidade, que podem governar com mais justiça e também com mais temor; e ainda que tratem do seu interesse sempre será com muito maior moderação, e tudo o que grangearem ficará na terra com que ela se irá aumentando: e se desfrutarem as herdades, será como donos e não como rendeiros, que é o que fazem os que vêm de Portugal.”

E quantas vezes esses severos juízes, mandados de tão longe contra a tentativa da proclamação da independência nacional, não leriam consternados nessas úmidas paredes do cárcere, que serviu de sepultura ao desditoso Tomás Antônio Gonzaga, os belos e sublimes versos que o desgraçado poeta compusera em sua defesa? Não continham eles a apologia dos brasileiros, pelos quais, segundo se lastimava o desembargador José Pedro Machado Coelho Tôrres, palpitava de amor e de simpatia o coração do poeta, à força do sangue americano que lhe transmitira a sua ascendência? Não mostravam eles os filhos da terra de Santa Cruz tirando as praças das mãos dos invasores e submetendo-as de novo ao trono português? Não desdobravam eles as páginas da história da colônia em que Pernambuco se rende aos holandeses, e em que o Rio de Janeiro é saqueado pelos franceses? Lá é o sangue brasileiro que restaura uma província inteira, aqui é o dinheiro das famílias, que além de saqueadas, resgata uma ilustre cidade.

Era uma verdade que o governo da metrópole conhecia a seu mau grado, e de que tem hoje pleno conhecimento todas as nações cultas. Assim por mais de uma vez tem dito escritores estrangeiros à face de toda a Europa: “Pouco e pouco conquistaram os holandeses quase todo o Brasil; foram porém expulsos pelos brasileiros em 1654; então tornaram os portugueses a ocupar o seu lugar.”

Temia-se pois com todo o fundamento que os brasileiros, conhecedores de sua superioridade, se voltassem contra as violências do governo de além-mar, e os portugueses eram os primeiros a confessar que havia infelizmente razão para isso. Contava então o Brasil apenas dois séculos de existência e já tinha sobejos motivos para amargas queixas. Durante esse tempo se descuidara a metrópole dos melhoramentos materiais de sua colônia, e da educação instrutiva, moral e religiosa de seu povo, deslumbrada com os réditos que convergiam para seus cofres. “O perigo interno que têm os estados, ponderava o conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa, nasce dos mesmos vassallos, consiste na desafeição e ódio concebem contra os dominantes, o qual ordinariamente procede das injúrias e violências com que são tratados pelos governadores; da iniquidade com que são julgadas as suas causas pelos ministros da justiça, e da dificuldade, trabalho, despesa e demora de que necessitam para recorrerem à corte, para se queixarem das sem razões que padecem, das

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

